

32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT 30 – PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL
JOSÉ LINDOMAR COELHO ALBUQUERQUE (UNIFESP)

As fronteiras ibero-americanas em
Sérgio Buarque de Holanda

São Paulo, 22 de setembro de 2008

Introdução

A noção de fronteiras adquire variados significados. Fronteiras como delimitações de territórios ou como metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos. A palavra passa a ser bastante utilizada em nossos textos e em nossos discursos sobre os limites entre as áreas de conhecimento e as formas híbridas de percepção dos fenômenos sociais na atualidade.

A fronteira é por definição um termo polissêmico e que pode ser apreendido através de diferentes metáforas. De início, recordo-me de um pequeno ensaio de Simmel (2001), intitulado a ponte e a porta, para pensar algumas dimensões das fronteiras. Simmel sintetiza as configurações sociais através das metáforas da ponte e da porta, ambas indicativas das fronteiras que delimitam e atravessam a experiência humana e as formas de vivências em determinados espaços sociais. A ponte como uma criação humana que consegue unir o que a natureza havia separado. A construção do caminho e a percepção dos trajetos e dos pontos de ligação. A porta como invenção de algo que estabelece um limite, a edificação de barreiras entre o interno e o externo, uma separação em um espaço que antes era naturalmente unificado. Entretanto, a porta simboliza também passagem, cruzamento entre o fora e o dentro, entre a objetividade e a subjetividade da vida dos indivíduos em sociedade, representa uma fronteira que tanto delimita como indica travessia. A ponte e a porta são símbolos, metáforas de nossa experiência coletiva e individual.

As metáforas da ponte e da porta podem ser associadas ao próprio título de um dos livros de Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*. Neste caso, as travessias e barreiras adquirem significados históricos específicos em relação à experiência singular da expansão paulista e brasileira em comparação a outros processos de colonização no continente americano. Neste sentido, as representações da ponte e da porta me inspiram a pensar diferentes sentidos de fronteiras a partir de algumas obras de Sérgio Buarque de Holanda.

Neste artigo, distancio-me de algumas interpretações sobre o autor centradas na denominada identidade nacional, visto que estas, às vezes, terminam cristalizando

idéias sobre nossa especificidade cultural¹. Os conceitos de homem cordial, de patriarcalismo e de personalismo se tornaram expressões cotidianas que justificam o nosso modo de ser permanente em contraste com outros comportamentos políticos nacionais. Acredito que o deslocamento das interpretações com características “essencialistas” para uma abordagem centrada na dinâmica das fronteiras possibilita compreender o movimento permanente destas configurações históricas.

Os artigos de Maria Odila Dias sobre a especificidade do estilo historiográfico de Sérgio Buarque iluminam bastante uma interpretação mais fluida, uma percepção do movimento da história, a trama e a urdidura das formas e dos detalhes da cultura material e simbólica (Dias, 1985; 1988). Estes trabalhos inspiraram novas abordagens sobre os interstícios da linguagem literária, sociológica e historiográfica, a percepção dos movimentos da expansão no continente americano e as mudanças constantes dos próprios trajetos de pesquisa do autor.

As investigações específicas que tematizam as fronteiras em sua obra também se afastam das abordagens sobre a cristalizada identidade brasileira. Elas buscam entender os processos de encontro e desencontro entre culturas adventícias e culturas nativas no contexto de colonização americana, as singularidades e diferenças destas configurações e as mudanças que vão ocorrendo de acordo com as alterações dos movimentos de dilatação das fronteiras geográficas (bandeirantes, monções, tropeiros etc.) (Wegner, 2000, Evangelista, 2005, Finazzi-Agrò, 2008).

Nesta linha interpretativa, realizarei uma leitura de *Raízes do Brasil* (edições 1936, 1948 e 1956) na confluência de outros trabalhos do autor produzidos nas décadas de 1940 e 1950, especialmente *Caminhos e Fronteiras* (1957, na edição de 1994) e *Visão do Paraíso* (1959, edição de 2000). As separações que comumente encontramos entre a obra sociológica e ensaísta do autor (*Raízes do Brasil*) e seus trabalhos historiográficos (*Moções, Caminhos e Fronteiras, Extremo Oeste, Visão do Paraíso, Do Império à República* na coleção *História da Civilização Brasileira*) terminam produzindo uma divisão do trabalho interpretativo entre sociológicos e historiadores. Os sociólogos

1

Essas características mais “essencialistas” estavam presentes no artigo *Corpo e Alma do Brasil*, publicado na Revista Espelho em 1935 e que antecede a formulação de *Raízes do Brasil*. Boa parte deste artigo foi utilizada na formulação do capítulo sobre o Homem Cordial (Holanda, 2008 [1935]). Na escrita de *Raízes do Brasil* há uma tensão entre essas formas mais permanentes da cultura brasileira e uma análise histórica que prima pela mudança e pela superação destas marcas de nosso passado (cordialidade, personalismo, patriarcalismo). A percepção desta tensão evita a formulação de interpretações bastante parciais.

geralmente estudam somente *Raízes do Brasil* e comparam com obras consagradas de outros autores brasileiros e, muitas vezes, os historiadores se dedicam aos livros do autor que foram construídos a partir de um trabalho mais minucioso com as fontes. Neste texto proponho articular a leitura de *Raízes do Brasil* com alguns argumentos e fragmentos de outros livros do mesmo autor, diminuindo as fronteiras que separam a interpretação sociológica e histórica.

Meu objetivo é pensar as fronteiras e as identificações regionais, nacionais e continentais como configurações históricas dinâmicas que visam apreender os movimentos, as travessias, as diferenças e as mudanças da singularidade histórica ibérica, brasileira e paulista no continente americano. Procuro construir a noção de *fronteiras ibero-americanas* na obra de Sérgio Buarque a partir de quatro sentidos de fronteiras: 1) a Península Ibérica como “zona de transição” e “território-ponte” entre a Europa e a África; 2) as fronteiras enquanto marcos de diferenças entre a colonização portuguesa e castelhana na América; 3) as frentes de expansão e os processos de americanização; 4) e a idéia de transição das raízes ibéricas para um mundo moderno e urbanizado, ou seja, a travessia da singularidade ibérica para uma sociedade americana, moderna e democrática.

Fronteiras ibéricas

Uma das linhas mais comuns na interpretação de *Raízes do Brasil* é perceber o primeiro capítulo como uma forma de explicação histórica sobre os nossos “males de origem”. Se somos tradicionalistas, autoritários, patriarcais, contrários às formas de associação espontâneas é porque “herdamos” principalmente de Portugal, afinal de conta de lá veio as formas de nossa organização social e política, o “resto” foi matéria que se adaptou bem ou mal a essa matriz ibérica:

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem sucedido, em larga escala, de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e subtropical(...). Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (Holanda, 1948, p. 15)

No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns de nossos patriotas, é que ainda nos associa à península ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma (Holanda, 1948, p. 32).

A maneira como Sérgio Buarque de Holanda principia e encerra o primeiro capítulo de *Raízes do Brasil* abre margem para uma visão estática e que não prioriza a imensa contribuição de outras matrizes culturais (africanas e ameríndias) na formação da sociedade brasileira. Nesta matriz interpretativa, somos uma espécie de “neoportugueses” e adaptamos alguns valores culturais dos indígenas e africanos. A fronteira pode ser entendida aqui como limite intransponível, as marcas permanentes de origem e as transposições culturais e políticas das margens da Europa para outro lado do oceano atlântico (Finazzi-Agrò, 2008, p. 415).

Nesta perspectiva, a reflexão do capítulo fica centrada na discussão da cultura da personalidade e na ausência de uma cultura do trabalho como formas de explicação de nosso atraso e nossa falta de modernidade. O mundo ibérico caracteriza-se pelo personalismo, pela aversão ao trabalho manual e pela falta de espírito de cooperação por interesses. O personalismo ibérico é fruto do prestígio pessoal, da “sobranceria” espanhola e da ruptura com as hierarquias sociais naturalizadas de uma concepção escolástica do mundo.

“As fronteiras da Europa” não significam simplesmente essa “transplantação” de instituições e valores políticos de Portugal para os territórios coloniais transoceânicos. É importante pensar a Península Ibérica como uma zona de transição cultural, e, portanto, mais aberta aos influxos externos e seus habitantes mais maleáveis as mudanças em outros contextos de vida. A região ibérica é um lugar de fluxos de pessoas, idéias e técnicas, onde as formas sociais não adquirem contornos definitivos. As formas de organização política e social neste território híbrido não adquirem um caráter rígido e de imobilidade capaz de ser “transplantadas” sem sofrer alterações.

O autor parte da unidade das nações ibéricas em “fronteiras da Europa”. A península ibérica é vista como uma zona de transição, um “território-ponte” que aproxima e comunica com mundos de climas e tradições culturais distintas. Os dois países ibéricos – Portugal e Espanha – estão localizados entre os Pirineus e o Gilbratar,

numa “região indecisa” entre a Europa e a África, pertencem a uma zona híbrida de misturas de povos, assim como a Rússia e a região dos países balcânicos. As nações ibéricas “constituem uma zona fronteiriça, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio comum”² (Holanda, 1948, p. 16).

As misturas de povos e as influências culturais de diferentes etnias e religiões na história da Península Ibérica é pouco trabalhada no primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*. Entretanto, em texto apresentado na Escola de Sociologia e Política em 1958³, o autor detalha as diversas misturas e diferenças entre “portugueses”, “escravos negros”, “mouros”, “mouriscos”, “judeus” e “cristãos novos”. De uma maneira geral, o historiador enfatiza as misturas e hibridismos étnicos, mas, ao mesmo tempo, as profundas barreiras religiosas que se erguem entre esses povos no contexto de Portugal quinhentista que “parece destoar do conserto europeu”(Holanda, 1958, p. 145).

No tocante as fronteiras entre as classes sociais, em *Raízes do Brasil*, Sérgio Baurque percebe essa zona ibérica como um território de bastante mobilidade e contato entre os estratos sociais. Devido à permeabilidade entre as classes, a burguesia mercantil não lutou contra uma nobreza fechada e em prol da instituição de uma sociedade moderna e capitalista como em outros contextos europeus. Os burgueses não necessitaram romper e instituir um novo estilo de classe, mas adotaram os costumes da nobreza e se associaram as velhas camadas dirigentes. A generalização dos mesmos nomes em diferentes profissões, as mesmas comidas sendo saboreadas nas diferentes classes sociais e os nobres entregando seus filhos para serem educados por alguns vilões são indícios, para o autor, de uma mobilidade e relação íntima entre as classes. Essa

2

Essa percepção da Península Ibérica como zona fronteiriça entre dois continentes já havia sido discutida por Gilberto Freyre (1996[1933]) em *Casa Grande e Senzala* e foi retomada no texto *Interpretação do Brasil* (2001[1945]), um pouco antes da segunda edição de *Raízes do Brasil* (1948). Neste último texto, Freyre volta a destacar a singularidade das invasões e misturas de povos africanos, árabes, mouros e judeus na formação desta sociedade híbrida. Trata-se não somente da fronteira entre dois continentes, mas “entre dois climas, dois tipos de solo e vegetação, duas raças, duas culturas, duas concepções de vida, dois complexos ecológicos, enfim entre Euro-África e América Hispânica” (Freyre, 2001 [1945], p.59).

3

Texto apresentado como requisito para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais em 1958, texto não revisado e não publicado, consultado nos arquivos de Sérgio Buarque no Sistema de Arquivo Geral da Unicamp (SIARQ). Mais uma vez percebe-se a influência da maneira como Gilberto Freyre descreve as influências dos árabes e dos judeus em *Casa Grande & Senzala* (1996 [1933]) e *Interpretação do Brasil* (2001[1945]). Acredito que um trabalho comparativo destas concepções de fronteiras nos dois autores pode ser um caminho importante de interpretação destes autores.

aproximação seria bastante diferente das separações e das hierarquias presentes em outras partes européias onde o sistema feudal e o processo civilizador ocidental foram predominantes e as ordens sociais bem estabelecidas.

A sociedade de transição, de movimentos de povos, de fusões culturais e de classes, produz também uma complexa relação política entre as formas arcaicas e modernas. O que aparentemente é moderno termina sendo um obstáculo para a efetivação de formas mais universais da modernidade ocidental. Por exemplo, os povos ibéricos parecem anteceder as concepções modernas de liberdade individual, mas ao mesmo tempo o personalismo é uma forma tradicional que bloqueia a efetivação de outros valores modernos. De uma maneira geral, há uma tensão permanente entre uma “modernidade precoce” em alguns aspectos - como a liberdade pessoal, a falta de hierarquias, uma burguesia mercantil e uma maior mobilidade e proximidade entre as classes - e as formas ditas modernas - como as ações cooperativas e uma maior organização racional do trabalho. Este tipo de relação não favorece a ruptura com as tradições, pelo contrário, essas características específicas dos ibéricos bloqueiam a efetivação mais extensiva dos valores culturais novos.

As “fronteiras da Europa” não são somente barreiras intransponíveis, mas também “zonas de contato”, “territórios-ponte” que sinalizam aberturas e movimentos. Um olhar mais atento ao fluir do texto e dos acontecimentos da colonização permite perceber os contornos, formas e conteúdos da cultura indígena, africana e as formas políticas advindas de outros territórios europeus. Embora percebamos essa dupla leitura deste capítulo a partir destas duas maneiras de entender a fronteira (“limite intransponível” e “zona de transição” e “fluidez”), o fato é que estão presentes os marcos de uma “herança” do mundo ibérico que deixam suas marcas em nosso processo colonizador. Em trabalhos posteriores, especialmente, no período da experiência de Sérgio Buarque na Itália (1953-54), o autor relativa esse peso da “mentalidade ibérica” na explicação do Brasil. Em uma conferência em Gênova em 1954, o historiador afirma que

supor a existência de uma misteriosa “mentalidade ibérica”, sempre igual a si mesma e capaz de uma resistência obstinada a todas as influências externas ou a todas as mudanças possíveis, seria sucumbir à sedução destes argumentos idealistas que nada explicam e que servem para semear muitas confusões (Holanda, 1954, p. 5)

Neste momento, o autor já havia produzido vários artigos historiográficos sobre a expansão paulista e estava tendo acesso a muitos arquivos sobre o contexto dos descobrimentos na Itália. Souza (2003), comentando o texto “A influência italiana no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda”, destaca a aproximação feita pelo historiador entre o caráter mercantil da experiência colonizadora dos portugueses no tempo dos descobrimentos e as atividades comerciais dos italianos no contexto medieval. Sérgio Buarque se distancia da “singularidade ibérica” e aponta outros elos de influências advindas de outras regiões da Europa. Neste sentido, “olhar só para Portugal, ou para a Península Ibérica, às vezes mais atrapalha do que ajuda a compreender a nossa história, e os nexos podem não estar onde os procuramos de imediato, ensina o historiador” (Souza, 2003, p.2)

Uma releitura de *Raízes do Brasil* em diálogos com estes outros textos possibilita uma crítica interna a essa interpretação que enfatiza a herança ibérica e permite uma maior aproximação de outras possibilidades de interpretação de nossas “matrizes culturais”. Neste sentido, as formas que “herdamos” do mundo ibérico não foram somente a cultura da personalidade e a ausência da cultura do trabalho. Mas também formas fronteiriças (mestiçagem, mobilidade, plasticidade do português etc.) e influxos advindos de outros contextos europeus capazes de reconfigurar e adquirir conteúdos muito distintos no percurso colonial.

A Península Ibérica aparece como uma região fronteiriça e unitária, sem diferenças substanciais entre Portugal e Espanha. As fronteiras internas aparecem quando o autor investiga as diferenças nas colonizações americanas realizadas por estes dois países ibéricos.

Fronteiras da colonização

Em um segundo sentido, a fronteira ibero-americana pode ser vista como algo que demarca diferenças no interior do processo de colonização das nações ibéricas no continente americano. *As fronteiras internas* (como barreiras, limites) do mundo ibérico são construídas através de tipologias que representam as diferenças nos processos de exploração e na organização política e urbana dos novos espaços conquistados.

Sérgio Buarque de Holanda se interessou desde cedo pela literatura e história dos países vizinhos e pelas comparações entre nossa experiência histórica e dos povos

hispano-americanos. Em seu primeiro texto publicado no Correio Paulistano em 1918, denominado *a originalidade literária*, já demonstrava um conhecimento de vários autores dos países sul-americanos⁴. Neste artigo tece suas primeiras comparações entre os portugueses e os espanhóis que posteriormente serão retomadas em *Raízes do Brasil* e em *Visão do Paraíso: “o povo português, menos idealista e, se quiserem, mais prático que o espanhol, não teve uma impressão tão sutil da natureza do Novo Mundo como aquele”* (Holanda, 1996, p. 37).

Provavelmente uma das preocupações principais da obra de Sérgio Buarque de Holanda foi pensar o lugar da sociedade brasileira, com suas especificidades regionais, na vida americana e especialmente na latino-americana. Neste sentido, teceu diversas comparações sobre as diferenças dos processos de colonização dos castelhanos e dos portugueses no continente americano em diferentes momentos de seus escritos.

No quarto capítulo de *Raízes do Brasil*, intitulado *o semeador e o ladrilhador*, o autor delimita as diferenças entre essas duas formas de colonização. A diferença não diz respeito ao caráter específico de cada povo e nem as distinções psicológicas e culturais entre as nações colonizadoras. O marco da diferença é principalmente de natureza política, econômica e militar. Castela havia reconquistado recentemente seu território do domínio árabe, conquistara um imenso território além-mar e dominava outras regiões da Europa. As pressões para manter a unidade territorial diante dos distintos reinos que formavam o Estado espanhol e o domínio dos territórios conquistados fora da Península Ibérica foram centrais para o desenvolvimento de uma colonização centralizadora e ordenadora. Portugal, por sua vez, adquire sua unidade territorial ainda no século XIV sem enfrentar divergências internas de outros reinos. Além disso, já havia expulsado os mouros de seu território antes da Espanha e se constituía como um domínio de cunho comercial.

A expressão dessas diferenças políticas dos Estados ibéricos no processo de colonização americana pode ser vista, em *Raízes do Brasil*, no próprio traçado das

4

Em 1920, escreve um artigo em homenagem ao poeta e jornalista peruano José Santos Chocano (1875-1934). Neste ensaio, explicita a falta de conhecimento dos escritores brasileiros sobre os “tesouros desconhecidos” nos países da América espanhola e crítica o olhar limitado da intelectualidade brasileira somente para o Velho Mundo: “pouco nos interessam, a nós brasileiros, os assuntos americano-espanhóis. Nossos olhares, nossos pensamentos, nossos gostos imbicam quase sempre para o Velho Mundo, para a Europa, que em nossa alma de americanos notou Nabuco os resquícios de nossa origem européia. Os mais às longas itinações preferem quase sempre, ao sentir a majestade imponente dos Andes ou a magnificência mirífica da selva Amazônica, o gozar da civilidade serena das ruas londrinas ou da apatia risonha de Paris” (Holanda, 1996, p. 54)

idades no “Novo Mundo”. Enquanto as cidades hispano-americanas foram construídas com planejamento, através da precisão da linha reta e em lugares estratégicos conforme o plano e a legislação castelhana, as cidades na América Portuguesa foram sendo semeadas a sabor dos fluxos comerciais e populacionais, obedecendo geralmente às curvas sinuosas dos próprios acidentes geográficos.

A observação do traçado e da localização das cidades na América espanhola e portuguesa possibilita construir outras diferenças entre estes dois sistemas de colonização: interior e litoral, rural e urbano e norma abstrata e realismo. Para Sérgio Buarque, a colonização castelhana foi explicitamente interiorana, as cidades foram construídas em pontos estratégicos de defesa e de clima temperado, regiões que dificultavam a penetração dos inimigos e facilitavam a vida dos novos moradores acostumados com temperaturas amenas. Já a exploração portuguesa foi uma espécie de “feitorização” comercial e litorânea “ao alcance dos portos de embarque”, feita com “desleixo e certa liberdade” (Holanda, 1948, p. 168). As cidades hispano-americanas funcionaram como centros irradiadores da dominação castelhana no continente americano, enquanto na América Portuguesa as cidades eram apêndices das propriedades rurais, centro do domínio colonial. Por último, as diferenças dos traçados das cidades simbolizam a ação dos colonizadores. Os castelhanos desejavam implementar normas abstratas e uma “rigidez ascética” no controle dos territórios coloniais, enquanto os portugueses agiram através da rotina e de um realismo pragmático.

Em *Visão do Paraíso*, há uma ampliação e revisão do contraponto político entre Espanha e Portugal que marcam suas diferenças nos processos de conquista do “Novo Mundo”. A singularidade da experiência da formação do Estado espanhol e a concepção de Império são retomadas no último capítulo deste livro, intitulado América portuguesa e Índias de Castela. Os reinos que formavam a Espanha continuavam com legislações e soberanias específicas e somente o reino de Castela detinha o exclusivismo das terras do “Ultramar”⁵. O estatuto jurídico de “Índias de Castela” estabelecia que

5

Na conferência O Brasil na vida americana em 1954, o historiador esclarece que os termos que tem legitimidade política naquele contexto são Castela e castelhanos. Espanhol era um termo mais genérico e podia ser utilizado também para os portugueses. “O absurdo que hoje encontramos na identificação entre portugueses e espanhóis não o foi num mesmo grau durante muito tempo. O próprio Padre Antonio Vieira ainda se referia aos seus conterrâneos como espanhóis. Somente no século XVIII é que as palavras Espanha e espanhol passariam a adquirir definitivamente para os portugueses o significado político que se dava até então a Castela e ao castelhano (Holanda, 1954, p. 7)

estes territórios estavam submetidos às leis castelhanas e os habitantes eram súditos do rei de Castela da mesma forma que os habitantes da Península e das outras regiões européias conquistadas pela “Espanha”⁶. Essa legislação abriu margem para o historiador Ricardo Levene em 1951 afirmar que “as Índias não eram colônias”, já que não tinham um estatuto jurídico diferenciado. Esta organização política e jurídica específica possibilitou, conforme o autor, uma maior liberdade às iniciativas individuais nas Índias de Castela e os próprios controles da Coroa, tão destacados em *Raízes do Brasil*, são relativizados. A extensão do império castelhano em terras americanas reflete as contradições entre a rigidez do controle centralizador de Castela e as autonomias dos reinos que formam a Espanha e que também aparecem nos territórios do Além-mar. É necessário relativizar a rigidez dos documentos legais em terras do “*l’obedezco pero no lo cumpro*”.

Já a colonização portuguesa na América é um prolongamento nas “rotas do Atlântico” das atividades de comércio que outros povos já executavam desde a antiguidade, especialmente os “mestres italianos” na Idade Média. Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque prioriza a influência dos navegantes italianos para explicar o caráter mercantil e litorâneo da experiência portuguesa na América, já destacado em *Raízes do Brasil*. Desta forma, a concessão de capitânicas hereditárias e da implementação de um “sistema econômico de ‘plantações’” de “açúcar” e “algodão” não foram invenções portuguesas, mas influências de experiências coloniais executadas por venezianos e genoveses nas colônias do Mar negro, Criméia, Chipre e Creta. Além disso, foram os navegantes genoveses que guiaram as navegações portuguesas na origem da expansão lusitana. Entretanto, há uma diferença fundamental entre a expansão portuguesa e as experiências italianas: “a expansão lusitana é inseparável de uma hipertrofia do poder real”, enquanto as iniciativas particulares predominam principalmente no caso genovês (Holanda, 2000 [1959], p.400). Diferente de *Raízes do Brasil*, o historiador destacará aqui o peso do controle do Estado no processo de colonização da América Portuguesa:

Nas possessões lusitanas, ainda que pareça afrouxar-se, em dadas ocasiões e em certos lugares, como sucede com a criação das capitânicas hereditárias, a presença ativa da Coroa, faz-se sentir desde que principie a colonização

6

As conquistas da Espanha no próprio continente eram o objetivo principal do rei Carlos V, visando transformar o Estado espanhol em um império cristão capaz de substituir o Sacro Império Germânico da Idade Média. Para Sérgio Buarque, Castela buscando constituir-se como um império antigo, transformou-se no primeiro império moderno.

regular. É ela sobretudo que busca manter aquele mesmo sistema de povoamento litorâneo, permitindo contato mais rápido e direto com a metrópole e ao mesmo tempo previne, ou chama exclusivamente a si, enquanto tem forças para fazê-lo, as entradas ao sertão, tolhendo, aqui sobretudo, o arbítrio individual (Holanda, 2000 [1959], p. 395).

Apesar de destacar e revisar estas diferenças políticas e econômicas entre Espanha e Portugal no contexto colonial, o ponto central das diferenças entre essas experiências coloniais, em *Visão do Paraíso*, se encontra na maneira com esses povos introduziram o tema do Paraíso Terrestre no “Novo Mundo”. O realismo português é retomado através da maneira específica dos navegantes portugueses e espanhóis narrarem o mito do Éden. A polaridade é construída em torno da fantasia dos espanhóis e o realismo dos portugueses. Os portugueses, presos a um realismo concreto, pormenorizado e influenciados por um acúmulo de experiências de comércio com a Ásia e África, não alimentaram tanto as visões e encantos especulativos da busca do paraíso terreal em território americano. O realismo “tosco e desencantado” dos portugueses não produziu grandes crônicas fantásticas e ainda filtraram aquelas produzidas pelos cronistas espanhóis que geralmente procuravam os rios do Paraíso, Eldorados, Amazonas, sereias e monstros variados.

As fronteiras entre a colonização hispânica e portuguesa não se resumem a polaridades políticas e crenças mitológicas. Na análise do mito do paraíso terreal e outras lendas em terras americanas, Sérgio Buarque procura destacar as migrações das narrações das crenças entre as duas colônias. Os mitos dos espanhóis se comunicavam, de certa forma, com o mundo português. As fronteiras (enquanto barreiras) criam também espaços de difusão destes mitos e crenças. O colorido e misterioso das narrações fantásticas das ilhas das Amazonas, dos quatro rios do Paraíso passavam por “atenuações plausíveis” e chegavam “desbotados” no imaginário dos cronistas e navegantes portugueses. O fluxo de idéias foi principalmente do mundo hispânico para o português. Somente um mito luso-brasileiro, a lenda de Santo Tomé (Sumé), ultrapassou as fronteiras e se dissimilou consideravelmente na região platina e no Peru⁷.

7

São Tomé, apóstolo de Cristo, teria pregado na Índia. Uma das narrações fantásticas afirma que São Tomé, fugindo dos perseguidores, se disfarçou de pavão, veio um caçador e atingiu logo o pavão mais formoso e misterioso, quando o corpo estava caindo, este se transformou corpo de São Tomé. Aqueles que viram passaram a acreditar nos milagres do bem-aventurado São Tomé. Depois, estas narrativas sobre São Tomé adquiriu outras conotações e alcançou a América Portuguesa e regiões das Índias de Castela. Nestas novas versões, São Tomé teria pregado na América e suas pegadas foram relatadas por muitas pessoas no continente americano (Holanda, 2000 [1959], p. 133-136).

Além destas diferenças nos processos coloniais, é possível também demarcar fronteiras internas nos movimentos de colonização portuguesa na América. Em *Raízes do Brasil*, o autor apresenta dois exemplos regionais no interior da América Portuguesa que diferenciam do quadro contrastivo geral: a expansão dos paulistas no planalto de Piratininga no século XVII e XVIII e extração e controle do ouro e diamantes em Minas no século XVIII. No primeiro caso, a experiência de São Paulo é vista “como um momento novo de nossa história nacional”, pois os “*pioneers* paulistas não tinham suas raízes do outro lado do oceano, podiam dispensar o estímulo da metrópole e faziam-se freqüentemente contra os interesses imediatos desta”(Holanda, 1948, 142). A ação autônoma dos bandeirantes, rompendo com os controles metropolitanos, inauguraria um movimento singular da região paulista na formação da sociedade brasileira. No período da escrita da primeira edição deste ensaio, Sérgio Buarque ainda estava preso a uma abordagem que identificava as “raízes” da nação antes da existência da nacionalidade. Além de uma concepção apologética dos bandeirantes, vistos, neste momento, como “figuras monumentaes” no movimento de dilatação das fronteiras nacionais (Holanda, 1936, p. 72). Nos textos historiográficos posteriores, especialmente *Caminhos e Fronteiras*, tanto a idéia de “protonação” com a “apologia” aos bandeirantes se desfazem, mas a importância da singularidade desta sociedade continua presente na maneira de explicar os processos de americanização e de modernização.

A exploração do “ouro das Gerais” no século XVIII ocasiona novos movimentos de populações em direção ao interior, ultrapassando a faixa litorânea. A especificidade deste processo está relacionado ao controle da Coroa nestes novos territórios do ouro. No caso da “Demarcação Diamantina” se construiu um “Estado dentro do Estado”, “com limites rígidos e definidos” que ninguém podia ultrapassar sem sofrer as punições do “Estado repressor e policial” que tudo fiscaliza (Holanda, 1948, p.144). A liberalidade da Coroa portuguesa em contraste com o Estado espanhol, inclusive em relação à presença de estrangeiros, desaparece neste momento do controle destas riquezas minerais no interior do território colonial português.

Estas experiências regionais de interiorização do domínio colonial, das iniciativas privadas e dos controles estatais aproximam o *semeador* do *ladrihador* e se diluem as fronteiras que marcavam as diferenças entre a colonização espanhola e portuguesa nestes territórios regionais:

O tempo mudará tal situação, e no século XVII é um pouco a imagem do império espanhol, das Índias de Castela, que irá empolgar por sua vez os portugueses. Se o alargamento da silhueta geográfica do Brasil se faz muitas vezes em contraste com a direção inicialmente impressa à atividade colonial lusitana, é, sobretudo, por obra de mamelucos e mazombros (Holanda, 2000 [1959], p. 403)

A diferença entre estas duas colonizações é conseqüência direta da ação das coroas portuguesa e castelhana no continente americano. Entretanto, as metrópoles não controlam tudo e surgem movimentos autônomos que produzem novas fronteiras (frentes de expansão), alterando os limites da colônia portuguesa. A partir de um olhar detalhado sobre a expansão colonial dos bandeirantes em direção ao interior, Sérgio Buarque pode compreender novos sentidos de fronteiras nesta sociedade movediça do Planalto de Piratininga.

Fronteiras em movimento

A aventura colonial produz novas fronteiras materiais e simbólicas. A aventura, para Simmel, significa uma ruptura com a rotina da existência, uma aproximação do sonho, da arte e do jogo. Ela contém a positividade de superar limites, rebaixar obstáculos e deslocar horizontes. A aventura mantém uma relação inorgânica com o mundo, simboliza o “gesto do conquistador e o aproveitamento da oportunidade” (Simmel, 2007, p. 185). Nesta linha de raciocínio, Sérgio Buarque define o aventureiro como “esse tipo humano que ignora as fronteiras (...). Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes”(Holanda, 1948, p. 37). O aventureiro português, espanhol e até inglês, em oposição ao trabalhador, foi o tipo predominante na conquista e exploração européia do novo continente. Na busca de riquezas fáceis que não necessitasse de trabalho rotineiro, o colonizador português não impôs “normas fixas e indelévels” e se caracterizou pela mobilidade e plasticidade social na adaptação as técnicas e alimentos locais, permitindo novas zonas de contatos e assimilação de valores materiais e simbólicos de outros povos (Holanda, 1948, p.52).

A plasticidade e a mestiçagem dos portugueses possibilitaram a adoção de técnicas de cultivos dos indígenas e de formas e conteúdos sentimentais e culturais dos negros, tais como a expressão artística dos Setecentos e Rococó, o “gosto pelo exótico”, a “sensualidade brejeira”, os “caprichos sentimentais”etc. (Holanda, 1948, p. 61). No

contraste da experiência portuguesa com a holandesa no processo de colonização, Sérgio Buarque afirma que “o português entrou em contacto íntimo e freqüente com a população de cor. Mais do que nenhum outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americaniza-se ou africanizava-se conforme fosse preciso”. (Holanda, 1948, p. 75). A descrição de algumas zonas de contatos entre culturas diferentes talvez sinalizem para a relativização do peso da matriz ibérica e, portanto, poderia ser visto como um movimento interpretativo em direção a uma abordagem que priorize a dinâmica do processo de americanização de técnicas, valores e crenças. Entretanto, provavelmente neste momento do ensaio o autor está bastante influenciado pela ideologia da mestiçagem e da plasticidade do português presente na obra de Freyre(1996 [1933]), *Casa Grande & Senzala*. Ainda não são apresentados dados mais precisos da experiência de encontro e desencontro entre estes povos no contexto colonial.

Nos trabalhos historiográficos sobre a expansão paulista para o Oeste, Sérgio Buarque retoma o contato entre a cultura adventícia e a dos povos indígenas, esboçados em *Raízes do Brasil*. Na introdução do livro *Caminhos e fronteiras*, o autor contrasta a forma sedentária e estável de colonização do litoral, especialmente das regiões de plantio da cana de açúcar, com o movimento e instabilidade dos caminhos, das veredas tortuosas dos bandeirantes. O historiador reage contra a mitologia do bandeirante que vinha sendo construída pela historiografia brasileira, despre os bandeirantes de suas roupas e botas elegantes e traça os rudes caminhos e veredas percorridos de “pés descalços” pelos mamelucos aventureiros. Estes contatos e choques entre os colonizadores e colonizados no movimento de expansão dos paulistas para outras regiões foram analisados a partir da tese da fronteira. A fronteira é pensada, neste momento, como *frente de expansão*, zona de contatos entre os colonizadores e os indígenas. A fronteira em movimento (*frontier*) demarca espaços de contatos e confrontos entre “paisagens, populações, instituições, técnicas e até idiomas heterogêneos” (Holanda, 1994 [1957], p. 12-13).

Conforme Wegner (2000), as viagens aos Estados Unidos na década de 1940 e os contatos com historiadores norte-americanos foram importante para a construção de uma interpretação específica da expansão dos paulistas a partir da tese da fronteira. Para este autor, a noção de fronteira, formulada pelo historiador Frederick Jackson Turner, compreende três momentos: o contato dos pioneiros com o deserto e os selvagens e adoção das técnicas primitivas destes; a lenta recuperação do legado europeu; e a

formação de uma sociedade compósita a partir da mistura entre o legado europeu transformado pelas condições locais, o processo de americanização. Embora a conferência de Turner, *The Significance of the Frontier in American History (1893)*, esteja impregnada de uma visão evolucionista e classificatória dos pioneiros como civilizados e dos indígenas como selvagens, Wegner prioriza o núcleo explicativo desta teoria e aproxima da interpretação que Sérgio Buarque faz da conquista do Oeste brasileiro. Claro que há diferenças temporais, espaciais e técnicas entre a experiência norte-americana de expansão da fronteira no século XIX e o movimento expansionista dos paulistas desde o século XVII, já enfatizadas pelo próprio Sérgio Buarque. O que Wegner propõe é uma aproximação entre os momentos principais da experiência da fronteira em Turner e Sérgio Buarque de Holanda.

A própria organização dos capítulos do livro *Caminhos e Fronteiras* obedece a este movimento da fronteira, que num primeiro momento caracteriza-se pela adoção por parte dos adventícios dos métodos de observação e das técnicas de sobrevivência dos “naturais da terra”. Em seguida pelo movimento de recuperação de técnicas européias e pela simbiose entre produtos, técnicas e conhecimentos dos indígenas e dos adventícios. Nas palavras do próprio autor,

a própria divisão em três seções distintas procura, nele, obedecer a uma seqüência natural. Na primeira são adotadas as situações surgidas do contato entre uma população adventícia e os antigos naturais da terra com a subsequente adoção, por aquela, de certos padrões de conduta e, ainda mais, utensílios e técnicas próprios dos últimos (...) O lento processo de recuperação desse legado, após sua diluição durante os primeiros tempos – diluição e recuperação que constituem, em suma, a matéria deste livro – é tratado nas partes subsequentes. Na segunda, dedicada às técnicas rurais, há naturalmente mais lugar para a herança indígena do que na última, onde se abordam atividades que tendem a acomodar-se aos meios urbanos e se tornam, neste caso, cada vez mais dóceis aos influxos externos (Holanda, 1994, p. 12).

Neste movimento da fronteira (entre populações, hábitos, instituições, técnicas e idiomas heterogêneos) ocorre primeiramente um processo de americanização dos portugueses através da adaptação e mescla com os valores e costumes dos nativos. Os bandeirantes rastrearam os caminhos dos indígenas, utilizaram muitas de suas técnicas de caça e pesca, formas de alimentação, maneiras de encontrar água nas plantas e extrair o mel das abelhas. A adoção destas técnicas e produtos dos indígenas dá-se

geralmente por necessidade de sobrevivência em ambientes de difícil proliferação de técnicas e formas de vida advindas de outros contextos culturais.

No entanto, o período das monções no século XVIII já aponta para uma retomada de determinadas técnicas adventícias, tais como o toldo das canoas para a preservação das mercadorias e os mosquiteiros para a proteção aos insetos. As monções representam o segundo momento da dinâmica da fronteira e de construção de uma nova mentalidade entre os monçoeiros. O desenvolvimento de um comércio mais regular através das rotas fluviais entre São Paulo e Cuiabá permitia mais disciplina e planejamento. Os aventureiros bandeirantes cedem lugar lentamente aos comerciantes que desenvolvem uma nova mentalidade capitalista e o negócio passa a interessar mais que o ócio. Os tropeiros sucedem os monçoeiros no século XIX e constroem outros trajetos pelo sertão e novas formas de comércio através das feiras de animais. Os monçoeiros e os tropeiros se aproximam dos valores burgueses relacionados ao individualismo e a democracia, entretanto não rompem completamente com os valores tradicionais, tais como o personalismo e a lealdade.

A retomada do legado europeu e a formação de uma nova mentalidade capitalista produziram misturas culturais também no mundo da agricultura. No planalto paulista se desenvolveu uma “civilização do milho” que mesclou um “produto nativo” com as técnicas adventícias e nativas. O milho moído (fubá) em moinhos adaptados do “ciclo do trigo” não foi muito utilizado pelos moradores livres e servia geralmente para alimentar animais e escravos. O milho pelado no pilão indígena foi a maneira mais adotada pelos paulistas. O pilão somente foi substituído pelo monjolo (tudo indica que de herança asiática) por causa da eficácia e da semelhança com a antiga técnica indígena de preparação do milho. Nos plantios rurais, novas técnicas de origem européia se introduzem nas regiões investigadas e criam novas zonas de misturas culturais e de produção de uma especificidade paulista.

Os momentos da fronteira não se restringem aos passos dos bandeirantes, fluxos das monções, comboios dos tropeiros e cultivos dos fazendeiros. A fronteira em movimento é ampla e atinge também os espaços de fabricação de tecidos e redes. As rendeiras também tecem seus trajetos e adotam técnicas de matrizes culturais distintas. Os teares horizontais de herança indígena conviviam com os teares verticais de matriz adventícia nas casas das rendeiras de Cuiabá e de Sorocaba que produziam diferentes tecidos, redes e fios que ligavam um passado de memórias a um presente de novas

técnicas de produção e comercialização de tecidos e roupas. As rendeiras tornam-se vestígios de outra época.

A fronteira em movimento permite apreender diferentes temporalidades e espacialidades no estudo da singularidade da expansão paulista. Na perspectiva da fronteira temporal, Sérgio Buarque está centrado nas mudanças que estão ocorrendo ao longo dos séculos nos caminhos dos bandeirantes, monçoeiros, tropeiros e fazendeiros. Mas, ao mesmo tempo, o historiador recorda de muitos vestígios, marcas e heranças dos séculos anteriores na cultura dos camponeses, caboclos, caipiras do tempo presente. Há um tempo que se conserva lentamente no mundo rural em contraste com o mundo urbano que apaga as poeiras dos caminhos do passado. “Essa destreza com que sabiam conduzir-se os naturais da terra, mesmo em sítios ínvios, herdaram-na os velhos sertanistas e guardaram-na até hoje nossos roceiros” ou “ainda hoje, entre homens do campo, prevalece a tradição de só se calçarem ao penetrar nas cidades” e “é conhecida a agilidade e indústria com que ainda hoje nossa gente rústica sabe localizar, por exemplo, uma árvore de colméia entre centenários de troncos” etc. (Holanda, 1994 [1957], p. 20, 28, 43)⁸.

No sentido da fronteira espacial, podemos dizer que a especificidade da sociedade de fronteira no Planalto paulista foi formulada através de diversas comparações com outros espaços de ocupação colonial. O movimento de interpretação do autor ora destaca a singularidade paulista em oposição ao Nordeste da Colônia portuguesa e as Índias de Castela ora aponta para os elos de aproximação. Os exemplos são variados ao longo do livro. Destaco somente alguns usos de produtos e técnicas indígenas que singularizam os paulistas: a utilização em grande quantidade do couro de anta, enquanto na América espanhola e no Nordeste da colônia portuguesa eram desperdiçados, a “civilização do milho” no planalto paulista em contraste com o consumo da farinha de mandioca no Nordeste e no litoral da colônia portuguesa, bem como o uso precoce do arco e da flecha em terras vicentinas, “substituindo, em alguns casos, as próprias armas de procedência européia” (Holanda, 1994 [1957], p.66). Em

⁸

Outra maneira de perceber a fronteira temporal em Sérgio Buarque é situar o estudo da expansão paulista do período colonial em sintonia com o momento de produção destas obras. Isto é, no cenário da discussão da “Campanha da Marcha rumo Oeste” no período de Getúlio Vargas (1930-45) e das estratégias geopolíticas de ocupação dos “espaços vazios” do território nacional. A problemática da conquista e colonização do território nacional no contexto de produção historiográfica provavelmente ilumina a importância que adquire as questões da ocupação do território e espaço na obra deste historiador (Vangelista, 2005).

outros casos, as semelhanças desta fronteira paulista se expandem para outros territórios do continente. “Cera e mel foram sempre na América portuguesa, como na espanhola, produtos típicos de povoações nascentes ou situadas nas fronteiras de um mundo agreste” (Holanda, 1994 [1957], p. 44)

As fronteiras se constroem também através de fluxos culturais entre os castelhanos e os portugueses na América. No caso específico do *escupil* (gibão acolchoado para proteção contra flechas), ele provavelmente foi produzido pelos indígenas da América hispânica, adotado pelos colonizados castelhanos e depois incorporados pelos bandeirantes paulistas. “Antes dos paulistas, usaram-no sem dúvida os castelhanos, e antes dos castelhanos, os indígenas de certos tratos menos rudes” (Holanda, 1994 [1957], p. 116)

Nestas comparações, Sérgio Buarque vê a importância da leitura de documentos dos padres das missões jesuíticas no Paraguai como forma de perceber determinados dados não narrados pela literatura apologética sobre os bandeirantes. Além de explicitar as imagens negativas destes aventureiros paulistas construídas no mundo de colonização hispânica:

Os castelhanos da fronteira não cessaram de temer as acometidas dos chamados portugueses de San Pablo e, em suas cartas, os capitães-gerais da época repetem, em diferentes diapasões, o juízo que exprimira o governador Rodrigo César de Meneses: “pelo que a todos ouço os respeitão os castelhanos, de sorte, que basta ouvir o nome de Paulista, a quem elles intitulaõ por feras, para não intentarem nenhum projeto, e a experiência bem tem mostrado foram estes sempre o seu flagello” (Holanda, 1994 [1957], p. 123)

Neste sentido, *Caminhos e fronteiras* podem indicar tanto as aproximações, semelhanças e difusão na adoção destas técnicas “primitivas” rurais em diferentes contextos de colonização do continente americano, como também indicar barreiras e formas de diferenças entre a região de expansão paulista e outros contextos coloniais. As comparações entre a colonização portuguesa e espanhola nos aproximam do sentido de fronteiras já analisado no tópico anterior.

Novas fronteiras

As três concepções de fronteiras (zona de transição, diferenças políticas e históricas e frentes de expansão) remetem as explicações sobre a Península Ibérica e o movimento de exploração dos povos ibéricos no continente americano no contexto

colonial. A quarta noção de fronteira está centrada na discussão política sobre a transição para uma sociedade moderna e urbanizada. A fronteira pode ser aqui entendida como passagem entre a “tradição ibérica e colonial” que singulariza a sociedade brasileira para uma sociedade democrática que a ocidentaliza.

A preocupação do autor com os dilemas do presente na sociedade brasileira inspira sua interpretação sobre o passado ibérico e colonial. Nas passagens anteriores sobre os outros sentidos de fronteiras, há uma tensão permanente entre tradição e modernidade. O personalismo ibérico é compreendido na intersecção entre a negação das hierarquias feudais e o individualismo moderno. O realismo português em contraste com a fantasia dos espanhóis é aparentemente moderno, mas remete ao concreto e pormenor das crônicas medievais. As monções entendidas como percursos fluviais de transição e racionalização comercial dos caminhos a pé dos sertanistas e dos passos ligeiros dos cavalos dos tropeiros em direção ao mundo que produz outros trajetos. Estradas que apagam rastros de outros tempos e que também se extinguem na competição dos trens que trilham em direção as atividades comerciais e urbanas.

Sérgio Buarque de Holanda costumava se referir a uma frase de inspiração goetheana: “escrever história é um modo de livrar-se (emancipar-se) do passado”, ou seja, a tarefa do historiador é “exorcizar” o passado e preocupar-se com os dilemas do presente. As influências modernistas e suas inquietações democráticas produziram em seu modo de pensar um cuidado permanente em observar as formas de conservação das forças políticas e culturais em tensão com as forças sociais nascentes que poderiam produzir mudanças políticas importantes. A escrita de *Raízes do Brasil*, especialmente o último capítulo, gira em torno desta tensão entre o tradicional e o moderno. O historiador percebe os caminhos das mudanças que estão se processando e, num sentido normativo, deseja alterações mais substanciais e modernizadoras para a sociedade brasileira e os outros países da América Latina.

No terceiro capítulo de *Raízes do Brasil*, o autor já aponta para o movimento de transição entre uma sociedade de raízes rurais e patriarcais e uma sociedade que se urbaniza lentamente. Sérgio descreve as atividades industriais e financeiras do Império, o fim do tráfico negreiro e a migração de capitais do tráfico para outras atividades lucrativas. Para Monteiro (1999, p. 229), interpretando o trabalho de Sérgio Buarque, a reinversão de capitais no mercado financeiro no período da Lei Eusébio de Queirós em 1850 já indicava um caminho em direção à despersonalização do mercado capitalista. O

“bilhete de banco” pressupõe a existência de contrato impessoal. A progressiva expansão do mercado, tanto de capitais como o mercado de trabalho com o fim da abolição, ampliam as esferas de efetivação do capitalismo despersonalizado e racionalizado na sociedade brasileira, agonizando os valores pessoais e emotivos de nossa “cordialidade”.

No último capítulo, “Nossa revolução”, o historiador precisa o marco da abolição como um momento importante de alterações das relações econômicas e sociais. As mudanças não são somente de ordem política, restritas à transição do Império para a República. Mas principalmente dizem respeito às modificações advindas do declínio das aristocracias do açúcar e a ascensão do período do café na região de Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba em São Paulo, bem como do fim do trabalho escravo e da efetivação do trabalho livre.

As plantações de café, embora fossem similares ao modelo das grandes propriedades do “ciclo da cana”, modificam a relação entre cidade e campo. Os proprietários geralmente não vivem mais no mundo rural e a cidade passa a se constituir no pólo predominante de poder e de estilo de vida. O historiador cita o exemplo do de São Paulo como lugar singular de modernização nestas relações rurais:

É particularmente no Oeste da Província de São Paulo – o Oeste de 1840, não o de 1940 – que os cafezais adquirem seu caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais no modelo clássico da lavoura canavieira e do “engenho” de açúcar. A silhueta antiga do senhor de engenho perde aqui alguns dos seus traços característicos, desprendendo-se mais da terra e da tradição – da rotina rural. A terra de lavoura deixa de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda e de riqueza. A fazenda resiste com menos energia a influência urbana, e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades (Holanda, 1948, p. 258)

Além deste processo de urbanização, as relações de trabalho se alteram substancialmente com o fim do tráfico negreiro, a abolição da escravidão e a ampliação do trabalho livre. Para Antonio Candido (2004), Sérgio Buarque foi o primeiro estudioso brasileiro que demonstrou, mesmo sem utilizar a palavra imigração, que o período republicano simboliza uma ruptura importante entre o Brasil português e o Brasil dos neo-brasileiros. Sergio Buarque

mostrou, sem escrever a palavra imigração, que o Brasil da República não é mais o Brasil português. É o Brasil do neo-brasileiro, que veio de fora, do italiano, do português recente, do espanhol, alemão, japonês. Este Brasil novo é diferente. Quem ler *Raízes do Brasil* direito percebe que ele dizia: “este é o Brasil em que a iniciativa deve sair das elites e passar para o povo”. Então este livro tem uma conotação política muito interessante, o fim da era do

saudosismo luso, sem negar absolutamente nossas raízes portuguesas, que seria ridículo. Mas para mostrar que não era só herança portuguesa. O Brasil era uma nova entidade feita pela imigração. Para Sérgio Buarque, o grande feito da imigração estrangeira para o Brasil a partir do final do século XIX é a passagem da aventura para o trabalho (Candido, 2004)

Todas essas mudanças econômicas e sociais convivem com formas políticas tradicionais, herança ainda viva do personalismo, patriarcalismo e caudilhismo das sociedades latino-americanas. Há um descompasso entre a sociedade e a política. Para alguns intérpretes, um dos principais temas de *Raízes do Brasil* é a discussão sobre os obstáculos à efetivação da democracia. A problemática é construída no contraste entre uma aristocracia (rural e do espírito) que simboliza os valores do passado que necessitam ser “exorcizados” (personalismo, patriarcalismo, cordialidade) e uma democracia liberal importada e mal enraizada nesta parte do território americano. As mudanças democráticas geralmente são vistas como simples alterações dos detentores do poder ou como uma crença de as “revoluções” podem ser implementadas por decreto, sem alterações substanciais na base econômica e social de composição das classes e dos valores sociais. Para Sérgio Buarque, citando o naturalista Herbert Smith, o Brasil necessitava de uma “revolução vertical” capaz de incluir na vida política “elementos mais vigorosos” das classes populares.

Os limites que separam e distanciam a vida social da organização política de tipo liberal democrática são centrais na discussão sobre a transição entre o iberismo e o americanismo nas sociedades latino-americanas. Embora haja todo um movimento de “aniquilamento” da herança ibérica no contexto de mudanças econômicas e sociais que vem ocorrendo na sociedade brasileira, desde meados do século XIX, ainda não se configurou nitidamente um novo estilo de organização social capaz de superar determinadas raízes personalistas e aristocráticas:

Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclisma, cujo sentido parece ser o aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior nitidez em nosso hemisfério. (...) Se a forma de nossa cultura ainda permanece nitidamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do ‘americanismo’, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exarcebamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano ainda é interiormente inexistente (Holanda, 1948, p. 256)

A tensão entre a herança, a conservação e o aniquilamento lento das formas políticas de matriz ibérica e colonial sinaliza para um novo movimento em direção a modernização econômica, social e política também em outros países da América Latina. Sergio Buarque faz referência as alterações na estratificação social da sociedade mexicana desde os movimentos revolucionários de 1917, as reformas de 1925 no Chile que obtiveram como resultado “a aniquilamento do poderio exclusivo dos *hacondados* e da oligarquia administrativa” e o “significado das vitórias eleitorais ultimamente alcançadas [década de 1940], no Brasil e na Argentina, pelas massas dos trabalhadores, embora sua articulação tenha sido aproveitada e em grande parte alimentada por forças retrógradas” (Holanda, 1948, p. 272). A fronteira enquanto transição entre o iberismo e o americanismo não é específica da sociedade brasileira. Os processos de modernização aproximam esses países “herdeiros” de determinados valores políticos e culturais dos países ibéricos e dos domínios coloniais. No México, Chile, Argentina e Brasil, a transição democrática acontece lentamente, através de composições entre conservadores e radicais, e em direção a uma experiência americana centrada em valores igualitários, racionais e de efetiva participação política de outras classes sociais.

As mudanças descritas até aqui e os desejos políticos de consolidação de uma experiência democrática efetiva na sociedade brasileira passam a impressão que somente através do “aniquilamento”, “cataclisma”, “revogação da velha ordem colonial e patriarcal” poderia se construir o “nosso” americanismo. Entretanto, Sérgio Buarque afirma que essas raízes tradicionais e longínquas não são totalmente negativas, há espaços possíveis de confluências que caracterizariam nossa particularidade americana. Na construção dessa nova sociedade não há uma barreira intransponível entre determinados valores ibéricos, aqueles originários do continente americano e os ideais liberais e democráticos ocidentais. O historiador enfatiza então:

- 1) a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;
- 2) a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplos, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democráticas liberais;
- 3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor. (Holanda, 1948, p. 277-278).

Os dois primeiros pontos de confluência, defesa da autonomia do indivíduo e abertura para novas influências externas, estavam presentes no ensaio de 1935, *Corpo e*

Alma do Brasil, e na primeira edição de *Raízes do Brasil* em 1936. O terceiro ponto, “a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor”, aparece na segunda edição de 1948. De fato, é uma afirmação bastante problemática, provavelmente influenciada pela ideologia do sincretismo racial e cultural. Além disso, a tentativa de associação da idéia de “bondade natural”, produzida no contexto da Revolução Francesa, com o nosso “cordialismo”, visando aproximar a nossa singularidade cultural com “as construções dogmáticas da democracia liberal”, abriu margem para interpretações parciais e polêmicas sobre o significado do “homem cordial”. Em carta-resposta a Cassiano Ricardo, autor que associava a cordialidade à bondade como característica permanente do homem brasileiro, Sérgio contesta

que a própria cordialidade não me parece virtude definitiva e cabal que tenha que prevalecer independente das circunstâncias mutáveis de nossa existência. (...) Associo-a antes a condições particulares de nossa vida rural e colonial, que vamos rapidamente superando. Com a progressiva urbanização, que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e sobretudo na incorporação de áreas cada vez mais extensas à esfera da influência metropolitana, o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E às vezes receio sinceramente que já se tenha gasto muita cera com esse pobre defunto (Holanda, 1956, p.313-314)

Como fio condutor deste tópico, podemos dizer, por fim, que a fronteira americana é pensada, por um lado, como zona de tensão entre o “Brasil rural” e o “Brasil urbano”, cujo marco da abolição sinaliza a “nossa revolução” lenta em direção a uma sociedade moderna. Por outro lado, como uma “zona de confluência e de simpatia” entre o iberismo, os processos de adaptação e americanização do período colonial e o “nosso americanismo” democrático. Neste duplo sentido, está presente o sentido de impasse, tensão, obstáculo que terá que ser superado para que haja a efetivação de uma nova sociedade democrática, despersonalizada e racionalizada.

Em suma, as fronteiras ibero-americanas podem ser compreendidas através dos vários movimentos analíticos construídos ao longo da tessitura deste texto. Não são noções rígidas, pensadas através de tipologias que pretendem cristalizar o pensamento do autor. Trata-se de uma maneira flexível de pensar a obra de Sérgio Buarque e criticar as dicotomias produzidas no debate sobre o iberismo e o americanismo. Este debate tende a unificar em dois grandes grupos de países o continente americano: um mundo de tradição latina, ibérica e católica e outro de herança anglo-saxônica, protestante e

moderna⁹. Sérgio Buarque questiona a homogeneidade destes grandes blocos e apresenta, em vários níveis de interpretação, a diversidade das experiências regionais e nacionais no continente americano.

Para o autor, todas essas realidades são heterogêneas, tanto os Estados Unidos têm muitas diferenças regionais, como os países da América Latina apresentam as mais variadas formas de composição étnica, lingüística, de processos migratórios e experiências diferentes de desenvolvimento técnico. Sérgio Buarque apresenta então o exemplo específico da Cidade de São Paulo para se contrapor a qualquer imagem homogênea e cristalizada das sociedades latino-americanas: “uma cidade como São Paulo, com seu ritmo de crescimento sem equivalente nos últimos anos, crescimento tanto horizontal como vertical, dificilmente está em consonância com a imagem de imobilidade que faz das sociedades latino-americanas” (Holanda, 1954, p.3).

Portanto, as fronteiras ibero-americanas compreendem as matrizes culturais transoceânicas que foram deslocadas para o “Novo Mundo”. Estas “raízes” já eram híbridas de povos, culturas, classes sociais e de tensão entre o tradicional e moderno. Ainda que houvesse muitas semelhanças nos valores culturais e políticos dos portugueses e espanhóis, existiam também diferenças políticas e econômicas importantes que demarcaram fronteiras (barreiras) entre a colonização castelhana e portuguesa. Entretanto, as matrizes ibéricas se abrem para outras influências externas no contexto europeu e na colonização americana e possibilita a construção de pontes em direção ao “nosso” americanismo. O movimento de distanciamento das fronteiras ibéricas e de aproximação das fronteiras americanas pode ser pensado a partir de uma dupla noção de americanismo: o processo de americanização no contexto colonial através da adaptação do português aos elementos materiais e simbólicos da cultura indígena; e o movimento de aproximação dos valores de igualdade social da democracia americana, conforme

9

O brasilianista Richard Morse, em *O Espelho de Próspero* (1988), apresentou novos argumentos para a velha discussão sobre as diferenças entre a civilização ibérica e a civilização ocidental industrializada - países que passaram pelas reformas protestante e proletária. Para o autor, o mundo ibérico se fundamentou em valores coletivos que remetem as raízes tomistas do pensamento político (comunidade, sociedade orgânica, espiritualismo, afetividade etc.) e se tornou uma alternativa ao individualismo e materialismo da cultura anglo-americana. No contexto da publicação do livro no Brasil em 1988, houve um debate polêmico dessas idéias entre Simon Schwartzman e Richard Morse em três artigos publicados na revista *Novos Estudos* em 1988 e 1989: *O espelho de Morse* (n. 22), a crítica de Simon a opção ibérica de Richard Morse. *A miopia de Schwartzman* (n. 24), a resposta de Morse ao texto crítico de Schwartzman. Em *O gato de Cortázar* (n. 25), a tréplica de Simon aos argumentos de Morse e a re-afirmação de seu ponto de vista anterior. Esse debate polêmico entre esses dois autores foi também analisado por Otávio Velho no texto *O espelho de Morse e outros espelhos*, publicado pela Revista Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

formulação de Alexis de Tocqueville. Esta americanização democrática conflui com determinados valores históricos da matriz ibérica (Vianna, 1997).

Efeito final, um estilo fronteiriço

As noções de fronteira aqui destacadas não visam esgotar os vários significados do termo nos diferentes momentos da obra desse autor. Outros sentidos podem ser sistematizados no aprofundamento das investigações. Além disso, esses sentidos destacados não são tipologias rígidas e separadas. Há elos de contatos. Os “territórios-pontes” se aproximam das “zonas de confluências” e das “frentes de expansão” e podem contribuir na construção de uma nova abordagem sobre os processos de colonização e modernização do continente americano.

A perspectiva aberta pela abordagem das fronteiras permite refletir também sobre o próprio estilo de escrita do autor, pois “a linguagem e as palavras eram as pontes entre a sua consciência e a dos testemunhos da época” (Dias, 1988, p. 73). O último capítulo de *Caminhos e fronteiras*, intitulado redes e rendeiras, pode ser pensado como um fio de inspiração de seu estilo de escrever e de criar metáforas que simbolizam os eventos e as representações históricas. As palavras usadas durante a urdidura do capítulo apreendem o movimento das rendeiras e das redes feitas nos teares portugueses e indígenas, na produção de panos compactos e largos e nos movimentos verticais e horizontais destes teares. Durante sua narração as palavras buscam os significados destes movimentos das rendeiras e das mudanças ocorridas em seus mundos: “abrideira”, “levantamento dos fios da trama”, “trama e urdidura”, “varandas e franjas”, “desenhos e combinações” e “efeito final”.

A ação das rendeiras e os usos das redes podem ser pensados como uma metáfora dos processos mais amplos e fluidos da vida social. Os “fios da trama” do texto de Sérgio Buarque se aproximam da imagem das formas e conteúdos da sociação na sociologia de Simmel em que “a cada instante os fios são tecidos, desatados, retomados, substituídos por outros, entrelaçados a outros” (Simmel, 1986 [1908], p. 32) e da configuração entre indivíduo e sociedade em Elias.

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-ação [indivíduo e sociedade] podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No

entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (...). Talvez ele [o modelo da rede] atenda um pouco melhor a seu objetivo se imaginarmos a rede em constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto das ligações (Elias, 1994 [1939], p. 35)

A própria obra de Sérgio Buarque pode ser pensada como um campo de experiência na construção do conhecimento sobre a sociedade brasileira, a singularidade paulista, a sociedade latino-americana ou sobre o mundo americano. Tecido em diferentes momentos através de linhas que contrastam e outras que aproximam, fios entrelaçados que produzem semelhanças e diferenças, limites e travessias na compreensão dos valores políticos, culturais e simbólicos. Mas também dos processos de fusão da cultura material e das transposições, adaptações e difusão das mentalidades neste amplo cenário de encontro, desencontro, choques e de “fusão de horizontes” que a experiência do continente americano permitiu a diferentes agentes históricos.

As raízes, fronteiras e visões do mundo americano se tecem através de fios e teias em que se entrelaçam a crítica literária, o ensaio sociológico e as pesquisas historiográficas centradas na cultura material e no campo das mentalidades. Não há separações entre as discussões metodológicas, epistemológicas e as narrativas históricas. Nos rastros, nas pegadas e indícios observados atentamente pelos indígenas nos caminhos em direção ao interior, o autor discute uma nova maneira de entender a metodologia antropológica e histórica. Para Souza (1995, p. 10), “muito antes das considerações de Carlo Ginzburg sobre o conhecimento indiciário, Sérgio Buarque de Holanda aborda este problema em ‘veredas de pé posto’ e ‘samaritanas do sertão’, detendo-se sobre a dimensão cultural dos sentidos e da percepção”. E através da experiência e fantasia dos cronistas e navegantes no contexto dos descobrimentos, Sérgio Buarque se distancia de uma visão de ciência moderna como ruptura com os saberes anteriores e aproxima a racionalidade e a magia dos renascentistas e dos fundadores do racionalismo e do empirismo modernos.

As fronteiras, enquanto limites, entre as áreas do conhecimento (literatura, sociologia, história, metodologia e epistemologia) são questionadas e se abrem para novas fronteiras que se tecem como travessias, mesclas, entrelaçamentos e combinações possíveis.

Referências Bibliográficas

DIAS, Maria Odila L. S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. _____ (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985 (Coleção Os Grandes Cientistas Sociais).

_____. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Sérgio Buarque de Holanda, Vida e obra. São Paulo: Edusp, 1988

CANDIDO, Antonio. Depoimento. In: SANTOS, Nelson Pereira dos. *Raízes do Brasil: uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda*. Documentário. Rio de Janeiro: Riofilme, 2004.

ELIAS, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro; Zahar, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 31 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Caminhando entre fronteiras: a lógica “trivial” em Sérgio Buarque de Holanda. MONTEIRO, Pedro Meira & EUGENIO, João Kennedy (orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. *Raízes do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

_____. *Raízes do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O Espírito e a Letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Le Brésil Dans la vie Americaine*. Conferência proferida por SBH, durante o IXemes Rencontre Internationales de Genève, 1954. 3p.

_____. *Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na época dos Descobrimentos*. Dissertação apresentada à Escola de Sociologia e Política para obtenção de grau de mestre em Ciências Sociais. São Paulo, jul.1958.

_____. *Corpo e Alma do Brasil: ensaio de psicologia social*. MONTEIRO, Pedro Meira & EUGENIO, João Kennedy (orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.

_____ & EUGENIO, João Kennedy (orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.

MORSE, Richard M. *O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *A miopia de Schwartzman*. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 24, julho de 1989.

SIMMEL, Georg. *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'água, 2004.

_____. *El individuo y la libertad*. Barcelona: Península, 2001.

_____. *Sociologia: estudios sobre las formas de socialización*. Madrid, ES: Alianza Editorial, 1986, volume 01.

SOUZA, Laura Mello e. Sérgio e a Itália. O impacto da cultura italiana sobre o historiador Sérgio Buarque de Holanda. *Folha de São Paulo*, Jornal de Resenhas, 8 de novembro de 2003, p. 2.

_____. Sérgio Buarque de Holanda entre a história e a sociologia. *Folha de São Paulo*, Jornal de Resenhas, 3 de abril de 1995, especial A -10.

SCHWARTZMAN, Simon. O espelho de Morse. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 22, outubro de 1988

_____. O gato de Cortázar. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 25, outubro de 1989.

VANGELISTA, Chiara. "Sua vocação estaria no caminho": espaço, território e fronteira. PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Um historiador nas fronteiras: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.